



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete Deputada Silvia Waiãpi

Apresentação: 11/03/2025 18:15:38.250 - Mesa

RIC n.743/2025

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº _____, DE 2025

(da Sra. Silvia Waiãpi)

Requer informações do Ministério da Educação, sobre transferências voluntárias de 35 milhões de reais do pé-de-meia para organismo internacional.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 115, inciso I e art. 116, ambos do RICD c/c art. 50, §2º da Constituição Federal, requero que sejam solicitadas informações ao Ministro de Estado da Educação, sobre transferências voluntárias de 35 milhões de reais do pé-de-meia para organismo internacional.

Por ocasião da edição da notícia “Governo doa R\$ 35 mi do Pé-de-Meia e escolas para organismo internacional”¹. A matéria dá conta que:

“O governo fez “contribuição voluntária” de R\$ 35 milhões do orçamento do MEC (Ministério da Educação) do ano passado para um organismo internacional. A entidade foi dirigida no Brasil pelo hoje “número dois” do ministro Camilo Santana.

O que aconteceu

Em 30 de agosto passado, o MEC repassou o dinheiro como “contribuição voluntária” à conta da OEI (Organização de Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura), segundo o Portal da Transparência.

Foram tirados R\$ 15 milhões do programa Pé-de-Meia, R\$ 15 milhões das escolas em tempo integral e R\$ 5 milhões de atividades de avaliação da educação básica. Os valores foram aprovados sem questionamento pelo Congresso Nacional.

Em julho passado, o MEC havia nomeado como secretário-executivo da pasta, Leonardo Barchini. Ele trabalhou no ministério entre janeiro e agosto de 2023, mas saiu para dirigir o escritório da OEI em Brasília em setembro daquele ano. Barchini ficou lá até voltar ao MEC, em julho de 2024, onde permanece atualmente.

¹ BOL, “Governo doa R\$ 35 mi do Pé-de-Meia e escolas para organismo internacional”, disponível em <https://www.bol.uol.com.br/noticias/2025/03/07/governo-mec-doacao-milhoes-oei-barchini-pedemeia-cop30-tcu.htm>, acesso em 10/10/2025.

Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 333 – CEP 70160-9000

Fones: (61) 3215-5333 – 3215-3333

dep.silviawaiapi@camara.leg.br





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete Deputada Silvia Waiãpi

Apresentação: 11/03/2025 18:15:38.250 - Mesa

RIC n.743/2025

O MEC disse ao UOL que a "contribuição voluntária" feita "é revertida em ações de apoio a programas e políticas do MEC e cooperação técnica, com prestação de contas", afirmou que os cancelamentos "não impactaram as ações finalísticas dos programas" e destacou que Barchini é servidor público há 30 anos (veja mais abaixo). O UOL pediu esclarecimentos à OEI, mas não os obteve.

Apesar da doação com dinheiro do Pé-de-Meia, o programa tem problemas de financiamento. O ministro Fernando Haddad (Fazenda) está trabalhando em uma maneira de incluir o benefício a 4 milhões de estudantes dentro do orçamento deste ano, sem ferir as regras do arcabouço fiscal.

O TCU (Tribunal de Contas da União) detectou - a partir de reportagens do UOL - que os pagamentos foram feitos fora do orçamento e sem transparência, que levou a corte a bloquear dinheiro do programa por algumas semanas.

Sem dinheiro para colocar o programa dentro do orçamento de 2025, Haddad prometeu enviar um projeto de crédito ao Congresso neste ano.

Por causa desse e de outros pagamentos do governo à OEI, a liderança da Oposição no Congresso pediu ao TCU o afastamento de Barchini do cargo. Na representação, o líder Luciano Zucco (PL-RS) disse que é "como se os programas governamentais que possuem esse objetivo estivessem com dinheiro sobrando".

Porém, é lógico que não é esse o caso, pois basta se lembrar os insanáveis problemas estruturais e financeiros que recaem sobre o denominado programa Pé-de-Meia.

Luciano Zucco, em representação ao TCU

O MEC rebateu a argumentação. A assessoria da pasta disse que os cancelamentos de verbas não causaram problemas.

As alterações orçamentárias que ocorreram não impactaram as ações finalísticas dos programas citados.

Nota do MEC

Parlamentares aprovaram R\$ 98 milhões em doações

Em junho passado, os parlamentares aprovaram a lei que autorizou as contribuições voluntárias do MEC e de outros órgãos à OEI sem questioná-las. O único voto contrário registrado foi o do senador Eduardo Girão (Novo-CE).

No total, a lei aprovou R\$ 98 milhões em doações à OEI, feitas pelo MEC, pelo Ministério da Microempresa e pela Secretaria Geral da Presidência da República. Segundo o sistema que registra os gastos do governo (Siafi), todos os valores já foram creditados nas contas da organização no ano passado.

A OEI foi escolhida sem licitação para organizar a conferência ambiental COP-30, em Belém (PA). O governo pagará R\$ 478 milhões ao organismo internacional, sediado na

Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 333 – CEP 70160-9000
Fones: (61) 3215-5333 – 3215-3333
dep.silviawaiapi@camara.leg.br



* C D 2 5 2 0 9 0 3 6 9 9 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete Deputada Silvia Waiãpi

Apresentação: 11/03/2025 18:15:38.250 - Mesa

RIC n.743/2025

Espanha, para fazer o trabalho. Na representação ao TCU, a oposição pede a suspensão do contrato.

Segundo o MEC, as contribuições atendem aos objetivos do ministério e haverá prestação de contas. A pasta não esclareceu qual programa específico será beneficiado com os repasses de dinheiro.

"Atualmente, o MEC atua em cooperação com diversos organismos internacionais e multilaterais, entre eles Banco Mundial, Unesco e OEI, sem prejuízo às ações finalísticas da pasta, pelo contrário", afirmou a assessoria da pasta ao UOL. O Brasil é membro fundador da OEI desde 1949 e fez um acordo em 2002. "O MEC é instância de representação do governo brasileiro e compõe a assembleia geral."

Projeto prevê mais R\$ 26 milhões em doações

Para o projeto de lei do orçamento deste ano, estão previstos mais R\$ 26,5 milhões em "contribuições voluntárias" à OEI. De acordo com o Siafi, a previsão é de R\$ 25 milhões do MEC, R\$ 1 milhão da Presidência da República e R\$ 500 mil do Ministério da Microempresa. O Congresso só deve votar o orçamento este mês.

O MEC elogiou a carreira de Leonardo Barchini, "servidor público há 30 anos", da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). "Já ocupou diversos cargos em outras gestões no MEC e em outras instâncias da Administração Pública. Antes de ser nomeado diretor-geral da OEI no Brasil, Barchini ocupou o cargo de secretário-executivo adjunto do MEC e foi membro da comissão de transição do Governo Federal."

Em nota na quarta-feira (5), quando a oposição protocolou uma representação ao TCU, a OEI disse que "pertence igualmente aos 23 governos de seus Estados-membros", como o Brasil, um de seus fundadores.

A OEI tem trabalhado com sucessivos governos do Brasil em projetos que já beneficiaram milhões de pessoas.

OEI, em nota

"Exemplos disso são iniciativas como o Co-liga, programa que oferece formação gratuita em economia criativa para jovens em situação de vulnerabilidade, tendo atendido mais de 94 mil pessoas desde 2021 em 12 estados do país, além da gestão do Museu de Arte do Rio de Janeiro (MAR), que nos últimos anos atraiu milhões de visitantes", diz a nota de quarta-feira."

Frente às denúncias gravíssimas, requer do Ministério as Seguintes informações:

Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 333 – CEP 70160-9000
Fones: (61) 3215-5333 – 3215-3333
dep.silviawaiapi@camara.leg.br



* C D 2 5 2 0 9 0 3 6 9 9 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete Deputada Silvia Waiãpi

Apresentação: 11/03/2025 18:15:38.250 - Mesa

RIC n.743/2025

- a) Informar qual critério técnico específico justificou a escolha direta da OEI para receber recursos financeiros do MEC sem processo licitatório/ chamamento público;
- b) Informar o detalhamento integral e específico do plano de trabalho aprovado pelo MEC referente aos R\$ 35 milhões transferidos para a OEI
- c) Informar quais ações concretas já foram executadas pela OEI, até o presente momento, com os recursos recebidos do MEC, anexando evidências documentais;
- d) Informar de forma objetiva o mecanismo adotado para garantir a imparcialidade e prevenir conflito de interesses, dado o fato de Leonardo Barchini ter ocupado cargo diretivo na OEI pouco antes de reassumir a Secretaria Executiva do MEC;
- e) Informar detalhadamente os estudos técnicos que embasaram a decisão de cancelar verbas de programas essenciais, como o Pé-de-Meia e Escolas de Tempo Integral, e a realocação destes recursos para o organismo internacional;
- f) Informar integralmente os motivos da escolha direta e sem licitação da OEI para executar a organização da conferência COP-30, detalhando tecnicamente a singularidade da entidade em relação a outras possíveis entidades.
- g) Informar como o MEC irá suplementar os recursos que deveriam ser destinado à Educação e foram descentralizados para a OEI;
- h) Informar qual setor do MEC ficará responsável pela fiscalização, controle, prestação de contas e auditoria financeira dos valores transferidos à OEI, bem como os critérios adotados para tal controle.
- i) Juntar à resposta, em sua integralidade o processo SEI que culminou com a transferência voluntária. Se for mais de um processo SEI, juntar todos, com infográfico informando onde entrou cada um dos processos que culminaram com a descentralização.

Por oportuno, também, solicito o encaminhamento de outras informações e/ou documentos que Vossa Excelência julgar necessário, relativos aos questionamentos apresentados.

Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 333 – CEP 70160-9000
Fones: (61) 3215-5333 – 3215-3333
dep.silviawaiapi@camara.leg.br



* C D 2 5 2 0 9 0 3 6 9 9 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete Deputada Silvia Waiãpi

JUSTIFICATIVA

O presente requerimento de informação é motivado pela gravidade das denúncias relacionadas à transferência voluntária de recursos do Ministério da Educação (MEC) para a Organização de Estados Ibero-americanos (OEI), no montante de R\$ 35 milhões, conforme amplamente noticiado na imprensa, suscitou sérias dúvidas quanto à transparência e legalidade do procedimento adotado. Tais recursos foram desviados de programas estratégicos e prioritários, como o Pé-de-Meia, Escolas de Tempo Integral e Avaliação da Educação Básica, que enfrentam reconhecidas dificuldades financeiras e estruturais, conforme constatado pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

A ausência de processo licitatório, conforme previsto pela Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações), exige fundamentação clara e objetiva quanto à inviabilidade de competição e à singularidade da entidade escolhida. Ademais, o Decreto nº 10.426/2020 e a Portaria Interministerial nº 424/2016 estabelecem a obrigatoriedade de critérios técnicos claros, planos de trabalho detalhados e mecanismos robustos de controle e transparência nas transferências voluntárias de recursos públicos.

Cumprir destacar que deveriam ser observados, ainda, os dispositivos constantes da Lei nº 4.320/1964 (Lei Geral de Contabilidade Pública), especialmente os artigos 15, 16 e 17, que dispõem sobre a necessidade de prévia autorização legislativa e dotação orçamentária específica para realização de despesas públicas.

A nomeação recente do secretário-executivo do MEC, Leonardo Barchini, que exerceu cargo diretivo na entidade beneficiada até pouco tempo antes do repasse, agrava ainda mais a situação e gera justificadas preocupações sobre potencial conflito de interesses, conforme disposto na Lei nº 12.813/2013, que trata do conflito de interesses no âmbito da Administração Pública Federal.

Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 333 – CEP 70160-9000
Fones: (61) 3215-5333 – 3215-3333
dep.silviawaiapi@camara.leg.br





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete Deputada Silvia Waiãpi

Diante disso, considerando o dever constitucional e regimental desta Casa de fiscalizar e zelar pela correta aplicação dos recursos públicos, torna-se imprescindível obter esclarecimentos detalhados e objetivos sobre a operação financeira citada, garantindo-se, assim, os princípios constitucionais da legalidade, moralidade, publicidade, eficiência e transparência.

Pelas razões acima expostas, solicitamos apoio aos nobres pares na aprovação deste requerimento.

Assim, requer o deferimento.

Sala das Sessões, em de março de 2025.

Deputada SILVIA WAIÃPI

PL/AP

Apresentação: 11/03/2025 18:15:38.250 - Mesa

RIC n.743/2025



Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 333 – CEP 70160-9000
Fones: (61) 3215-5333 – 3215-3333
dep.silviawaiapi@camara.leg.br

Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252090369900>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Silvia Waiãpi e outros





Requerimento de Informação **(Da Sra. Silvia Waiãpi)**

Requer informações do
Ministério da Educação, sobre
transferências voluntárias de 35 milhões de
reais do pé-de-meia para organismo
internacional.

Assinaram eletronicamente o documento CD252090369900, nesta ordem:

- 1 Dep. Silvia Waiãpi (PL/AP)
- 2 Dep. Coronel Chrisóstomo (PL/RO)

